

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

JUNIOR, Heitor Frúgoli. Heitor Frúgoli Junior (depoimento, 2016 / 2017). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 8min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre BANCO SANTANDER. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Heitor Frúgoli Junior  
(depoimento, 2016 / 2017)**

Rio de Janeiro

2018

### ***Ficha Técnica***

***Tipo de entrevista:*** História de vida

***Entrevistador(es):*** Celso Castro;

***Técnico de gravação:*** João Paulo Pugin;

***Local:*** São Paulo - SP - Brasil;

***Data:*** 30/08/2016 a 12/01/2017

***Duração:*** 2h 8min

Arquivo digital - áudio: 3; Arquivo digital - vídeo: 3; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória das Ciências Sociais no Brasil”, desenvolvido com financiamento do Banco Santander, entre janeiro de 2016 e dezembro de 2020, com o objetivo de constituir um acervo audiovisual de entrevistas com cientistas sociais brasileiros e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet. Para ter acesso à transcrição e ao vídeo da entrevista [clique aqui](#).

***Temas:*** Antropologia; Antropologia urbana; Atentados de 11 de setembro (USA); Atividade profissional; Brasil; Carreira acadêmica; Ciências sociais; Comércio interno; Estados Unidos da América; Família; Infância; Magistério; Manifestações populares; Movimento estudantil; Movimentos políticos; Movimentos populares; Obras de referência; Obras literárias; Pesquisa científica e tecnológica; Política; Portugal; Pós - graduação; São Paulo; Sociologia; Universidade de São Paulo;

## *Sumário*

1ª Entrevista: 30/08/2016

Origens familiares e infância no interior de São Paulo; ingresso em Ciências Sociais na USP e retorno à capital; interesse pela política e pela militância estudantil; organização do curso de Ciências Sociais na USP; interesse por estudos urbanos e pelo bairro da Mooca; trabalho na Prefeitura de São Paulo e pesquisas em favelas; ingresso no mestrado e interesse pela antropologia urbana; pesquisas sobre shopping centers; alterações na configuração dos shopping centers a partir da pesquisa; término do mestrado e atuação na docência; doutorado em Sociologia e pesquisas sobre a Avenida Paulista; doutorado-sanduíche nos Estados Unidos; pesquisas sobre a Avenida Luís Carlos Berrini; docência na UNESP em Araraquara; ingresso na USP como docente; grupo de estudos de antropologia da cidade; pesquisas com Graça Índias Cordeiro e em Portugal; atuação no CONDEFAT; pesquisas no bairro da Luz; livro “Pluralidade urbana em São Paulo”; autonomização da Antropologia; obras marcantes à carreira.

2ª Entrevista: 12/01/2017

Experiência nos Estados Unidos durante os atentados de 11 de setembro de 2001; pesquisas sobre ativismo urbano e manifestações de 2013; críticas ao termo ativismo político e coletivos sociais; importância e dificuldades da antropologia urbana; tradição dos estudos da antropologia urbana no Brasil; experiências no CONDEFAT; obras literárias marcantes.

1ªEntrevista: 30.08.2016

C.C. – Heitor, em primeiro lugar, obrigado por ter aceito o convite para participar do nosso projeto. Eu queria começar perguntando sobre a tua vida familiar: onde você nasceu, a vida antes da faculdade. Você nasceu em São Paulo, mas morou no interior, não é isso?

H.J. – Exatamente. Eu nasci em São Paulo, nasci no bairro da Mooca. Vivi, na infância, na Vila Prudente, na zona leste. Quando eu tinha dez anos... Bom, o meu pai foi professor primário, depois diretor de escola, depois se dedicou à carreira na Educação e ele começou a viajar em função disso. A minha mãe é professora primária. Com dez anos eu fui para o interior, eu fui para Cândido Mota, interior de São Paulo.

C.C. – Seus pais foram trabalhar lá?

H.J. – Exatamente. Eles foram e eu fui, eu e meu irmão. Depois de dois anos, a gente foi para Mogi das Cruzes, estado de São Paulo também.

C.C. – Mas você não tinha família lá?

H.J. – Não, não tínhamos família.

C.C. – Qual a sensação de dez anos na metrópole e ir para o interior? Porque geralmente é o contrário, as pessoas vêm para cá.

H.J. – Foi impactante, porque a gente morava...

C.C. – Simmel às inversas, *A Metrópole e a Vida Mental*. [riso]

H.J. – É verdade. Eu já tinha uma vivência um pouco de rua, não é? Uma infância muito diferente da infância hoje, ficava muito na rua e tal. Mas em Cândido Mota aquilo se expandiu, comecei a andar de bicicleta, jogar futebol, foi uma vivência... Mas muito impactante, porque Cândido Mota era e continua sendo uma cidade bem pequena, não é? A gente ficou dois anos lá e depois de dois anos a gente foi para Mogi das Cruzes, onde meus pais moram até hoje. Com dezoito, dezenove anos aí eu fui fazer faculdade. Inicialmente, eu fui fazer o curso de Engenharia.

C.C. – Onde?

H.J. – Na Escola de Engenharia Mauá, fica no ABC Paulista, em São Caetano do Sul. Mas depois de um ano e meio desisti e aí fui fazer Ciências Sociais na USP. Isso, em um certo sentido, representou gradativamente um retorno para São Paulo. Não na Mauá, porque quando eu estava estudando na Mauá ainda retornava para Mogi, na casa dos meus pais. Mas depois que eu desisti, comecei a me preparar para entrar nas Ciências Sociais e entrei, eu comecei efetivamente a morar em São Paulo, não é? Então, foi uma espécie de retomada da cidade.

C.C. – Por que Ciências Sociais?

H.J. – Bom, durante a minha formação tinha muito aquele tripé: Medicina, Engenharia, Direito. Era uma coisa muito determinante naquele momento. A gente estava final dos anos 70, ainda na ditadura militar. Eu acho que no final dos anos 70, depois da minha experiência na Engenharia, eu me aproximei do pessoal ligado ao Centro Acadêmico e tinha uma movimentação política bastante interessante, um período de redemocratização, uma certa retomada do movimento estudantil. Aquilo foi me interessando bastante.

C.C. – Ainda na Engenharia?

H.J. – Ainda na Engenharia. Aí, no início de 79, eu já estava praticamente saindo da faculdade e me interessei muito por Ciências Sociais. Nessa altura, eu já estava desistindo e decidi, então, fazer uma carreira nas Ciências Humanas. Eu acho que inicialmente, essa atmosfera política fez-me interessar pela Ciências Sociais.

C.C. – Você voltou para São Paulo, como foi o retorno oito, nove anos depois?

H.J. – Olha, foi muito interessante, porque São Paulo, nessa altura, tinha uma atmosfera não só política muito significativa, mas também cultural, não é? Eu comecei também a ir muito em show de música: Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé... Naquele momento, e eu acho que hoje, mas hoje é de uma outra forma, se gostava muito da música baiana, do carnaval da Bahia, do carnaval de Olinda e eu peguei um pouco essa relação de juventude... Então, fui muito interessante, porque era uma redescoberta da cidade em um outro patamar cultural e também político.

C.C. – Você mantinha alguma militância política formal?

H.J. – Não, eu não cheguei a militar, digamos, em nenhum grupo. Agora, durante a faculdade obviamente que eu me interessava bastante pela vida estudantil, pelas assembleias. Eu cheguei a representar um pouco a minha classe, mas não me aprofundi nisso. Quer dizer, à medida que eu comecei a fazer o curso de Ciências Sociais, eu fui me interessando bastante também pela formação nas disciplinas.

C.C. – Você conhecia já professores das Ciências Sociais ou não, se interessou pelo tema?

H.J. – Não, eu não conhecia, me interessei pelo tema e, na verdade, comecei a entrar em contato mesmo quando comecei efetivamente a fazer o curso.

C.C. – Você tinha família em São Paulo ainda ou não? Você voltou a morar na Vila Prudente ou não?

H.J. – Não, não voltei. Quer dizer, meus pais continuaram em Mogi das Cruzes. Eu tinha duas tias morando em São Paulo. Meu irmão também, nessa altura, veio para São Paulo. Mas eu estava, em um certo sentido, um pouco por conta própria. De toda forma, não conhecia esse mundo das Ciências Sociais antes e comecei a me aprofundar durante a minha formação. Eu tive a oportunidade de ter aulas com professores excelentes.

C.C. – Como era o curso nessa época, em 80, que você entrou na USP?

H.J. – É muito diferente de hoje, a gente não tinha tantos centros de pesquisa, tantas atividades como você hoje. Hoje tem uma proliferação de grupos de pesquisa, atividades etc. Era uma coisa mais restrita. Naquele momento, inclusive, não existiam ainda os departamentos de Antropologia, de Sociologia e de Ciência Política, tinha o departamento de Ciências Sociais. Isso depois se autonomizou, creio eu, em meados dos anos oitenta. Nessa época, a gente tinha as disciplinas obrigatórias e a partir do segundo, terceiro ano a gente começava a fazer disciplinas optativas. Naquele momento, eu comecei a me interessar bastante por Sociologia e Antropologia mais do que por Ciência Política. Eu comecei a me enveredar um pouco por esse campo. Aos poucos eu fui me interessando pelo tema da cidade, pela esfera urbana. Eu tive a oportunidade de fazer uma pesquisa de iniciação científica que foi muito interessante. Isso também era uma coisa que naquele momento era mais raro, não existiam tantas bolsas. Mas eu fiz uma disciplina de Sociologia Urbana com a professora Eva Blay, e ela me incentivou a explorar etnograficamente alguns espaços. No final do curso eu me interessei por fazer uma pesquisa no Largo da Concórdia, no Brás.

C.C. – Para quem é leigo em São Paulo, o Largo da Concórdia é o que? Como é o espaço?

H.J. – Na verdade, a primeira questão importante é o bairro do Brás, em São Paulo. É um bairro que tem uma tradição histórica importante desde a passagem do século XIX para o XX por ser um bairro fabril, um bairro para o qual vieram imigrantes italianos, espanhóis e que a partir dos anos 30 começou também a receber muitos imigrantes nordestinos. Até que, inclusive depois, nos anos 80 e 90, vieram os imigrantes coreanos. Então, é um bairro com bastante tradição de imigração. É um bairro que durante muito tempo, hoje menos, sempre atraía muito o interesse de geógrafos, historiadores, cientistas sociais, arquitetos. Fiquei circulando pelo bairro até chegar nessa praça, que fica de frente para a estação do Norte. Uma estação onde, durante os anos 50 e 60, chegavam muitos imigrantes nordestinos e onde havia, naquele momento, uma ocupação informal significativa, ou seja, os camelôs – que na época também eram chamados de marreteiros (hoje se fala menos esse termo) – vendedores ambulantes, tinha engraxates, tinha uma rede de prostituição local. Eu comecei a me interessar em fixar ali naquele espaço e observar aquelas relações cotidianas. Terminou por ser a minha primeira pesquisa mais sistemática.

C.C. – Durou quanto tempo, um semestre, um ano?

H.J. – Ela demorou um ano e meio.

C.C. – Você era orientando da Eva?

H.J. – Da Eva Blay, exatamente. Era um ano, depois teve uma prorrogação de mais um semestre e eu desenvolvi a minha primeira etnografia.

C.C. – Nessa época, o José Guilherme Magnani já era professor?

H.J. – Ainda não. Eu acho que um pouco depois o Magnani se tornou professor de Antropologia na Faculdade. Eu vim a contatá-lo quando eu já estava terminando a graduação.

C.C. – Em uma entrevista da *Etnográfica*, você menciona que quando acabou a faculdade você teve uma experiência de trabalhar na prefeitura?

H.J. – Exatamente.

C.C. – Fale um pouco mais, era que tipo de trabalho?

H.J. – Era uma espécie de estágio. A Secretaria das Finanças, na época, ligada à gestão Mário Covas, tinha um interesse de fazer alguns mapeamentos sociais e também demográficos, embora não fosse uma demografia precisa, era aproximada. Eu me inseri, comecei a trabalhar. Em um primeiro momento, a gente visitou muitas favelas em São Paulo. A ideia, na verdade, naquele momento, eu mais a equipe a qual eu pertencia diariamente a gente visitava uma favela, fazia uma espécie de contato formal com moradores e fazia uma quantificação muito breve. Não era, digamos, rigorosa, mas era uma espécie de aproximação da quantidade de moradores e também de uma certa tipologia, por exemplo, das casas, das construções.

C.C. – Você tinha experiência de visitar favela antes ou não?

H.J. – Não, comecei ali a fazer isso.

C.C. – O livro da Teresa Caldeira, se não me engano, é dessa época, anos 80, não é?

H.J. – Exatamente.

C.C. – Ela estava pesquisando justamente as favelas em São Paulo.

H.J. – É uma coisa que começa, nesse momento, a despertar um certo interesse. Obviamente que as favelas em São Paulo têm uma morfologia muito diferente das favelas cariocas. E era um desafio também entender onde está a favela, o que caracterizaria, qual seria o tipo de construção, o tipo de precariedade. Fizemos isso durante meses, mas de uma forma muito intensiva sem que a gente tenha podido, digamos, desenvolver (que eu me arrependo) uma observação, uma descrição daquilo de uma forma mais sistemática, não é? Não ficou um registro escrito, elaborado, ficou um impacto dessa experiência.

C.C. – Mas você fazia relatórios?

H.J. – É. Na verdade, a gente fazia essas visitas e depois a gente encontrava a equipe, discutíamos um pouco, fazíamos trocas do que foi observado e relatávamos o que tínhamos observado. A gente foi fazendo uma certa configuração do que a gente via nesses bairros e também do que a gente via em cada região da cidade, vamos dizer, o que caracterizaria isso na zona sul, na zona leste, na zona norte. Mas infelizmente não foi um trabalho, digamos, algo que poderia ter resultado em uma etnografia mais sistemática, isso não aconteceu, foi mais uma experiência. Era uma experiência, inclusive, bastante cansativa, porque todo dia a gente ia, levantava dados, conversava com pessoas.

C.C. – Logo depois você começou o mestrado em 85, não é? Aí, já com o Magnani como orientador. Você tinha conhecido ele no finalzinho da graduação?

H.J. – Exatamente.

C.C. – Você já tinha vontade de fazer carreira acadêmica?

H.J. – Sim, porque, nessa altura, depois da experiência de pesquisa no Largo da Concórdia, fiquei com vontade de me aprofundar um pouco mais na Antropologia Urbana. Quer dizer, durante a pesquisa de iniciação científica, eu tinha um interesse pela observação dos espaços públicos, da interação que acontecia ali e um interesse inicial pela etnografia. Portanto, naquele momento eu gravitava entre a linha da Sociologia Urbana e da Antropologia Urbana, que é um diálogo que, naquele momento, inclusive, estava muito forte. Você mencionou agora há pouco o trabalho da Teresa Caldeira, não é? Quer dizer, então, havia antropólogos e sociólogos muitas vezes se voltando a contextos parecidos, por exemplo, áreas periféricas ou contextos de pobreza com práticas etnográficas, mas que dialogavam ora com referenciais mais antropológicos, ora mais sociológicos. No final da graduação, eu senti a necessidade de um referencial mais ligado à Antropologia. Ou seja, uma pesquisa na qual eu pudesse articular aquilo que eu já estava observando na cidade em um diálogo com a Antropologia Urbana e que era algo que o professor Magnani, naquele momento, estava desenvolvendo de forma cada vez mais sistemática.

C.C. – Não sei se já existia o NAU, na época, de Antropologia Urbana.

H.J. – Já existia a disciplina Antropologia Urbana. Eu acho que em São Paulo ela estava se estruturando, no Rio de Janeiro isso já tinha uma tradição...

C.C. – Tinha o Gilberto Velho, basicamente, e os orientandos. No Sul tinha o Ruben Oliven e aqui o Magnani – eram os três.

H.J. – Digamos que era isso que estava se estruturando.

C.C. – Mas você lia os trabalhos do Gilberto, do Ruben?

H.J. – No mestrado a gente começou a estudar mais esses autores. Inclusive, no mestrado, eu tive a oportunidade de ser aluno do Gilberto Velho.

C.C. – Na USP?

H.J. – Aqui na USP, no mestrado.

C.C. – Ele era muito ligado à Ruth, não é? Ele tinha sido orientando no doutorado. Apesar dela já estar na (ciência) política, se não me engano.

H.J. – Exatamente. A Alba Zaluar também fez o doutorado aqui em São Paulo. Mas esses autores, eu tive um contato mais sistemático a partir do mestrado. Foi quando eu comecei a ler mais essa linha que estava se estruturando e que em São Paulo, digamos, a Eunice Durham e a Ruth Cardoso, um pouco antes do Magnani, já estavam, em um certo sentido, buscando consolidar essa área. O Magnani obviamente que desenvolveu algo, fez uma síntese particular e muito fecunda dessa, digamos, linhagem que vem tanto da Ruth Cardoso quanto da Eunice



Durham, que também foram minhas professoras. Eu fui aluno da Ruth Cardoso na graduação e da Eunice na pós-graduação.

C.C. – E entrando no mestrado... Bom, você vai fazer a dissertação sobre os shoppings centers. Isso já era um tema de início ou ele surgiu no mestrado? Quem te sugeriu isso? Saiu da favela para o *shopping*. Um “rolezinho”. [riso]

H.J. – Foi uma mudança temática... A princípio, eu imaginei que fosse desdobrar a minha pesquisa sobre o Largo da Concórdia, mas o que estava acontecendo é que em meados dos anos 80, em São Paulo, tinha uma expansão dos *shopping centers*. Quer dizer, já tinha o *shopping center* Iguatemi nos anos 60, mas no início dos anos 80 começou a aparecer uma série de *shoppings* – Eldorado, Center Norte etc. – e os primeiros debates sobre o impacto desses estabelecimentos na vida urbana. Sobretudo, porque, ao contrário do Rio de Janeiro, São Paulo tem uma maior escassez de espaços públicos de interação, de encontro, de lazer etc. e tal. Os *shoppings* começaram a ocupar muito esse espaço também. Quer dizer, além de instituições de consumo, naquele momento, elas começaram também a aparecer muito como espaço de encontro, de sociabilidade de uma forma um pouco impactante.

C.C. – Só uma observação: se eu me lembro bem da época, mais como experiência vivida do que como pesquisa, tinha também muito a narrativa da exclusão, de uma segregação socioeconômica em condomínios, muros que fechavam as pessoas em casa e os *shopping centers* também. Tinha uma sociabilidade, mas uma sociabilidade marcada por quebras socioeconômicas e isso levaria ao declínio de formas tradicionais de comércio, não é? Estou lembrando aqui de *O declínio do homem público*, do Sennett, livro da época também. Tinha essa ideia de que essa nova configuração pós-moderna, sei lá que nome se dava na época, seria uma perda de formas tradicionais de sociabilidade, de comércio, de pertencimento urbano, não sei.

H.J. – É verdade. Nessa época, a gente lia, por exemplo, o Richard Sennett, esse livro que você falou; o Marshall Berman também (*Tudo que é sólido se desmancha no ar*) falava um pouco do impacto da modernidade nas formas de sociabilidade. Um pouco depois, a própria Teresa Caldeira também começou a trabalhar com essa dimensão dos condomínios fechados e a questão da segregação. Agora, é interessante que nos *shopping centers* por um lado era possível observar, por exemplo, essas formas de seletividade e de segregação do espaço, um pouco em diálogo com o que estava acontecendo nesses condomínios fechados. Mas como esse fenômeno estava se expandindo, era possível também perceber *shoppings* onde havia uma afluência popular muito mais significativa, então uma afluência de massa e usos, digamos, mais variados do que a expectativa inicial de restrição poderia sugerir. Naquele momento eu comparei três *shopping centers* e em cada um deles aparecia configurações muito distintas que iam desde, digamos, essa seletividade mais significativa entre os frequentadores e uma relação mais forte entre consumo e lazer, até *shoppings* onde a esfera do lazer começava a ganhar uma maior autonomia e onde, digamos, isso passava a se tornar um fim em si mesmo. Mas é verdade, quer dizer, nesse momento, a gente tinha toda uma discussão sobre quais seriam os rumos aí do que aconteceria com essas dimensões. Inclusive, se falava mesmo nesse momento que o *shopping* ia impactar o comércio tradicional. Na verdade, o que você tem é uma convivência entre diferentes formas de comércio, ainda que esse comércio tradicional também comece a se redefinir com essas novas características. Mas o que eu observei de forma mais sistemática foi

justamente essa variedade de usos do espaço: desde usos mais seletivos e excludentes até formas, digamos, mais diversificadas e de lazer atraindo, sobretudo, agrupamentos juvenis de várias áreas da cidade.

C.C. – Falou-se muito da questão da violência urbana, como o *shopping* era uma espécie de refúgio para jovens, segurança...

H.J. – Sim, tinha essa dimensão de segurança... Mas isso tinha mais apelo para jovens, digamos, garotos e garotas com maior poder aquisitivo. Porque, por exemplo, quando eu fiz a pesquisa no *shopping* Center Norte, um *shopping* na zona norte de São Paulo, quando ainda não existia outros shoppings, como na zona leste, por exemplo, ali você tinha frequentadores de vários bairros de São Paulo, onde a questão da violência urbana não era uma questão tão premente para definir uma frequência. Ao mesmo tempo, vários desses jovens, inclusive, quando precisavam comprar alguma coisa, iam para outras áreas mais baratas. Eles dominavam a geografia de São Paulo de tal modo que o shopping não era necessariamente o lugar onde eles iam comprar vestuário e tal, era um lugar em que eles circular ou “zoar” – esse verbo aparecia muito, sobretudo no Center Norte.

C.C. – Agora, essa pesquisa tem trinta anos quase, não é? No Rio também estava começando, o Rio Sul foi o primeiro, o Barra *Shopping*, eram poucas as experiências de shoppings. Só uma curiosidade, hoje, quando você vai a um shopping, lembrando dessa pesquisa dessa época, você acha que ela continua com a mesma configuração, ou mudou?

H.J. – Não, mudou.

C.C. – Bom, aumentou muito a quantidade de shoppings por todo canto, não é?

H.J. – Essa é uma mudança. Por exemplo, na época da pesquisa, quando eu fiz no *shopping* Center Norte, você não tinha shoppings em outros lugares, mais ao norte, leste e extremo sul. Hoje, se você vai para a Zona Leste tem outros shoppings até maiores com uma utilização popular muito significativa. Mas, em um certo sentido, reafirmando uma tendência que já estava presente ali, que é um uso cada vez maior desses espaços não apenas pelas classes médias e altas, mas também pelas classes, digamos, populares. É algo que apareceu talvez recentemente, e que também me fez pensar um pouco na minha pesquisa, foram os chamados rolezinhos (você já tinha falado agora há pouco), que são essas formas de interação em determinados *shoppings*... Quer dizer, não é uma ida apenas espontânea de jovens, é uma ida combinada pelas redes sociais para utilizar determinados espaços e que geraram, naquele momento, uma série de reações por parte de outros usuários ou por parte da própria direção dos *shoppings*, que ficaram preocupadas com esse tipo de utilização popular ampliada. É interessante porque, na época em que fiz a pesquisa, o que aparecia eram conflitos mais individualizados, por exemplo, um grupo que fazia alguma “coisa errada”, aprontava, fazia um pequeno vandalismo no banheiro. Ia lá o segurança admoestava e tal. Ou, então, um cara que brigava com outro cara e os seguranças pegavam e, às vezes, os seguranças eram contundentes, maltratavam os jovens, o que era grave. Mas isso era alguma coisa mais pontual. Com o rolezinho isso ganhou um caráter, digamos, mais regular e que virou, naquele momento, um certo fenômeno de mídia, não é? Quer dizer, começou-se a discutir quais as consequências disso e tal. Claro que hoje a gente tem uma configuração muito distinta da época, hoje você

tem esses jovens utilizando o *Facebook*, usando as redes sociais, o lazer ligado, por exemplo, ao funk. É um fenômeno hoje com especificidades, mas não ao ponto de ser uma ruptura completa com aquilo que eu olhava. Mas é claro que a realidade hoje está muito mais fragmentada, mais complexa.

C.C. – Você defendeu a dissertação em 90, não é?

H.J. – Isso.

C.C. – Começou o doutorado em 93. Nesse meio tempo você fez o quê?

H.J. – Eu trabalhei.

C.C. – Trabalhou em quê?

H.J. – Trabalhei com docência. Hoje em dia é muito mais esperado que você faça uma carreira imediata entre graduação, pós-graduação, que faça o mestrado e doutorado, e depois comece a se dedicar...

C.C. – Até porque mudou muito, não é? Antigamente, o mestrado era uma coisa que você passava quatro anos, hoje o mestrado é o fim da graduação e o doutorado é o início de tudo. Isso mudou muito em uma geração, não é?

H.J. – Mudou e eu peguei um pouco essa transição. Quer dizer, eu peguei uma época em que eu conheci pessoas cujo mestrado podia levar cinco, seis anos. Tinha uma dimensão, digamos, quase do que a gente chamaria hoje de doutorado. Tanto que o meu mestrado demorou quatro anos, ainda era quando acontecia isso. Quer dizer, voltando um pouco até a trajetória pessoal, no começo do mestrado eu já era pai, já tinha me casado, já tinha um filho e tal.

C.C. – A tua mulher era...?

H.J. – A minha mulher é psicóloga, a Beatriz. A gente se casou em 85. Quer dizer, quando eu comecei o mestrado, a gente já teve um filho. Eu podia ter tentado o doutorado imediatamente, mas preferi me dedicar à docência. Nessa época, eu dei aula na faculdade Cásper Líbero de Jornalismo e dei aula aqui [local da entrevista] na GV, na EAESP.

C.C. – Aula de quê? De Antropologia?

H.J. – Na Cásper Líbero foi Antropologia e aqui na GV foi Sociologia. Então, fiquei dois, três anos cuidando muito dessa questão da docência. E fui amadurecendo aos poucos também o que eu queria fazer como doutorado, eu não tinha um tema tão imediato.

C.C. – O doutorado você vai fazer em Sociologia. Essa mudança foi por quê? Eu pergunto porque quem vê a USP de fora... É muito comum aqui ter aquela pessoa que foi aluno de iniciação científica do mesmo orientador, fez mestrado, doutorado e só ficou com uma linhagem, vamos dizer assim, acadêmica, não é? Quando tem uma mudança é, ou era pelo

menos, menos habitual. Daí a curiosidade de saber porque a mudança de doutorado, de orientador.

H.J. – Quando eu terminei o mestrado e comecei a trabalhar, eu continuava tendo interesse, digamos, pela vida urbana. Mas digamos que eu comecei também a tentar vincular os meus interesses de pesquisa com aquilo que eu estava desenvolvendo em termo de trabalho, não é? Em um determinado momento, eu amadureci a ideia de fazer uma pesquisa retomando a cidade de São Paulo para pensar o tema da centralidade mais em Sociologia. Naquele momento, eu estava trabalhando aqui na GV com Sociologia. Digamos que eu acho que isso também é uma coisa atípica se a gente comparar com o que acontece mais no presente. Mas, naquele momento, eu entendi que era possível continuar com meu interesse pela pesquisa sobre a vida urbana, mas em uma área que eu achava que naquele momento seria Sociologia Urbana. Foi o que me fez entrar no doutorado em 93 na USP.

C.C. – Você vai ser orientado pela Maria Arminda. Você já a conhecia da graduação?

H.J. – Não, não a conhecia da graduação. Só a conheci pessoalmente e como professora também quando me interessei em pesquisar na área da Sociologia.

C.C. – Naquela época, a entrada para o doutorado não tinha prova, você procurava o professor...

H.J. – Não, tinha. Talvez já tivesse essa possibilidade do *pool*, mas as minhas entradas...

C.C. – Possibilidade do...?

H.J. – Do professor fazer uma espécie do *pool*, onde ele chamava, por exemplo, os orientandos que não eram submetidos à prova, mas no meu caso eu sempre participei de seleções tanto para o mestrado quanto para o doutorado. Procurei a professora Maria Arminda e falei dos meus interesses iniciais. Naquele momento, eu estava interessado em continuar a pesquisar São Paulo, sobretudo, no que se configurava na Avenida Paulista – isso era também algo que me chamava bastante atenção em meados já da década de 90. Naquele momento, essa avenida estava ganhando certa proeminência não só por ser um espaço, digamos, de uma concentração de uma série de instituições de visibilidade na cidade ligadas ao capital financeiro, instituições como a Fiesp, mas também o Masp, instituições culturais. E, ao mesmo tempo também a Avenida Paulista estava se transformando em um espaço de manifestações políticas, algo que hoje se tornou muito corrente, não é?

C.C. – Ontem tinha. Aliás, hoje não sei se tem.

H.J. – Talvez aconteça... Então, naquele momento, eu estava interessado em pesquisar a Avenida Paulista, o caráter centralidade que a Avenida Paulista tinha na cidade. Entrei no doutorado em 93, embora um pouco depois eu tenha percebido que precisava buscar alguma formação que me conectasse com o plano das pesquisas no exterior, que já estivessem em desenvolvimento em outros contextos, não é?

C.C. – Você fez os créditos e foi fazer “sanduíche”? Na Universidade da Califórnia em San Diego?

H.J. – Exatamente. Eu comecei aqui a fazer os créditos do doutorado, comecei a fazer a pesquisa com uma série de agentes e instituições aqui ligados à Avenida Paulista. Durante um ano eu tive uma bolsa sanduíche na Universidade da Califórnia em San Diego com o James Holston, que, nessa época, era alguém que estava pesquisando há um bom tempo o Brasil. Ele tinha lançado o livro dele sobre a cidade de Brasília, “A cidade modernista”. Nesse momento também se falava muito em globalização. Muitos pesquisadores estavam já tentando ver como se inserir em contextos internacionais, ou seja, ter uma experiência também fora do Brasil. Eu senti também necessidade de me lançar um pouco nessa experiência.

C.C. – Da tua geração, da tua turma, vamos dizer assim, na época, era comum fazer “sanduíche” fora ou não?

H.J. – Não era tão comum.

C.C. – Eu me lembro de uma avaliação da USP que falava sobre não era endogamia, mas sobre a pouca saída. As pessoas achavam que a USP era praticamente o único espaço que necessitavam para fazer sua carreira. Eu me lembro que bolsa sanduíche era uma das coisas explicitamente mencionadas como muito raras de acontecer.

H.J. – Interessante.

C.C. – Por isso que eu perguntei se da tua geração era comum ir para o exterior.

H.J. – Não era comum.

C.C. – Em outros lugares eram. O Museu Nacional, que eu fiz, nessa época, era muito comum as pessoas irem para a França, que era ligado lá a Bourdieu e não sei o quê, Estados Unidos. Mas todos os orientadores – Gilberto, Afrânio – estimulavam que os orientandos fossem.

H.J. – Eu acho que na USP, nessa época, se eu me recordo, tinha intercâmbio já com a França, mas não era tão comum ir para os Estados Unidos. A França era uma certa referência, e ainda continua sendo, mas os Estados Unidos nem tanto. E nesse momento, comecei a perceber colegas que estavam interessados em fazer essa experiência ou de doutorado sanduíche ou do doutorado integral. No meu caso também eu acho que, embora eu tivesse interlocuções na Sociologia da USP, não havia uma área propriamente de estudos urbanos. Eu achei que nos Estados Unidos isso poderia estar presente.

C.C. – A questão urbana é fundadora da Ciência Social, não é?

H.J. – Exatamente, Celso.

C.C. – Escola de Chicago etc. Agora, você vai com a família inteira?

H.J. – Sim, fui com a família inteira. Nessa altura nós já tínhamos dois filhos: o Tiago tinha nove e a Marina tinha quatro. Fui eu, Bia, a Marina e o Tiago, e tivemos uma experiência muito interessante. Por um ano a gente ficou em San Diego, na Universidade da Califórnia, onde,

naquela época, James Holston era docente. Eu tive a oportunidade de, durante um ano, me dedicar mais ao estudo, que era uma coisa que estava sendo difícil também de fazer de forma mais sistemática no Brasil, porque, enfim, tinha o doutorado, mas também tinham as aulas e tudo aquilo que acarretava...

C.C. – Sanduíche é um raro momento de tranquilidade para estudar, não é?

H.J. – Exatamente.

C.C. – Eu fiz em 91 e 92, fui para os Estados Unidos também. Me lembro que era um ano que você tinha tempo, muito tempo.

H.J. – E foi muito estimulante também, a própria vivência... San Diego é uma cidade belíssima, no litoral da Califórnia com, digamos, condições muito boas. Eu tinha uma sala que eu dividia com dois colegas. Eu comecei a andar de bicicleta por vários locais nessa época... Hoje em dia a gente tem o ciclismo na cidade de São Paulo, mas naquele momento era impensável você andar de bicicleta pela cidade e lá foi possível. E eu pude me dedicar de forma mais sistemática a estudar e, ao mesmo tempo, pontualmente conhecer outras cidades, o que para mim também foi interessante, porque essa ida para os Estados Unidos me permitiu a relativizar um pouco ou ampliar a própria ideia de cidade. A gente fica muito com a cidade brasileira, que já é bastante diversificada, basta comparar São Paulo e Rio, as diferenças que existem. No caso ali, San Diego, Los Angeles, San Francisco, Nova York, Washington, foi uma oportunidade de compreender melhor as especificidades do contexto norte-americano, ampliar um pouco a ideia de cidade.

C.C. – Nesse ano lá você chegou a fazer curso regular ou só estudou?

H.J. – Não, com a bolsa sanduíche eu já tinha feito os créditos aqui. Eu me dediquei a estudar e frequentar palestras. Às vezes, até conversava com um professor, assistia duas ou três aulas que me interessavam mais. Ao mesmo tempo também, eu podia visitar e conversar com alguns professores. Por exemplo, eu tive uma oportunidade de um contato muito legal com a Sharon Zukin, quando eu fui a Nova York. Apesar de eu estar na Califórnia e ter contato com tudo aquilo que estava se produzindo ali, quando eu fui a Nova York conversei pessoalmente com a Sharon Zukin, que era uma referência também de algo que estava sendo feito do outro lado, na costa leste. Mas basicamente eu me dediquei a estudar de forma sistemática, mas sem fazer nenhuma disciplina.

C.C. – No doutorado acabou entrando, além da Paulista, a Berrini, não é? Isso foi depois da volta ou já tinha surgido antes de ir para os Estados Unidos?

H.F. – Não. Justamente, à medida que eu fui estudando, em determinados momentos também tinha os contatos com o James Holston para falar um pouco da pesquisa, dos meus interesses... Quer dizer, a pesquisa sobre a Avenida Paulista, por mais que tivesse uma série de questões importantes, tinha certa insatisfação com o desenvolvimento. Foi quando, a certa altura, eu concebi uma pesquisa mais comparativa. Quer dizer, o tema da centralidade que já estava aparecendo com um certo interesse, eu sistematizei para fazer, na verdade, uma comparação. Quando eu voltei dos Estados Unidos, portanto, eu ampliei a minha pesquisa para pensar três



áreas de São Paulo onde existiria, em um certo sentido, uma espécie de referência de centralidade, de uma disputa política e simbólica também, que no caso era a área central de São Paulo, área histórica, que naquele momento já existia uma associação chamada Associação Viva o Centro, que estava tentando fazer uma espécie de requalificação do espaço. A Paulista que, naquele momento, não precisava propriamente de uma associação, porque ela tinha uma evidência muito significativa. Teve o centenário da Paulista, toda uma celebração da Avenida Paulista como símbolo de São Paulo e que era, por muitos, considerada o “verdadeiro centro de São Paulo”. E, ao mesmo tempo, a área da Marginal Pinheiros e da Avenida Berrini uma área de concentração de multinacionais muito significativa, onde a imprensa começava a falar também que era um novo centro terciário da cidade. Um pouco depois surgiu a Associação Paulista Viva, uma associação que já diagnosticava na Avenida Paulista o que eles chamavam de uma espécie de degradação, deterioração dos equipamentos, com a necessidade de recuperar o espaço. No caso da Berrini, houve um *pool* de empresários com uma outra natureza, porque na Berrini, em um certo momento, a expansão imobiliária passava pela necessidade de remoção de uma grande favela que existia na área das Águas Espraiadas, não é? Essa favela foi, naquele momento, removida pelo governo local, mas, ao mesmo tempo, o empresariado, em um certo sentido, tentou incentivar a saída de uma forma muito polêmica, ao doar fundos para que as pessoas se mudassem. Portanto, eu fiz uma pesquisa comparando esses três contextos: o centro histórico, a área da Avenida Paulista e a área da Berrini, que eu chamei de questões simbólicas e políticas ligadas à centralidade.

C.C. – Você lidava com uma literatura mais, vamos dizer, sociológica do que antropológica, ou mais abrangente ou macro, sei lá?

H.J. – Sim, nesse momento eu estava fazendo o doutorado em Sociologia, embora eu mantivesse uma atitude etnográfica, mas não da mesma forma. Até pela natureza dos agentes com quem eu me relacionava, eu acabei privilegiando entrevistas, contatos. Eu até acompanhei, em um certo momento, o dia a dia da Associação Viva o Centro. Então, eu ia lá, conversava com as pessoas, mas não que isso chegasse a configurar necessariamente uma etnografia daquele grupo. Mas é verdade, Celso, nesse momento eu estava dialogando bastante com o campo da Sociologia Urbana.

C.C. – Você defendeu a tese em 98, não é? E em 98, você começa novamente a dar aula. Você passa cinco anos na Unesp em Araraquara, é isso?

H.J. – Seis anos.

C.C. – Você entrou ainda no final do doutorado?

H.J. – Exatamente. Porque, quando eu voltei da bolsa sanduíche, foi o período de fazer as pesquisas finais ligadas ao doutorado... Finais não, porque, na verdade, quando eu voltei, eu tinha ampliado o escopo. Então, eu cuidei de cobrir tudo aquilo que tinha a ver com o centro histórico e com a região da Berrini. Voltei para as atividades de trabalho também e defendi a tese no começo de 1998. Eu tinha um emprego um pouco mais estável da Cásper Líbero, mas não era algo muito promissor.

C.C. – Você tinha bolsa?

H.J. – Eu tive também bolsas pontuais. Naquele momento, eu precisava também cuidar dessa questão profissional, foi quando abriu um concurso público na Unesp de Araraquara.

C.C. – Lá era para ser professor de Antropologia?

H.J. – Exatamente. É um departamento que se chama Antropologia, Política e Filosofia. Na Unesp de Araraquara, talvez ainda seja assim hoje, você tem um departamento de Antropologia, Política e Filosofia, e outro de Sociologia. Abriu um concurso nessa área de Antropologia em 98, eu prestei e entrei. Foi um momento que eu também tive que conseguir uma profissão mais estável.

C.C. – Você continuava morando em São Paulo?

H.J. – Continuava morando em São Paulo.

C.C. – E a família ficou aqui [em São Paulo]?

H.J. – A família ficou aqui. Minha esposa é psicóloga, então ela tem todos os pacientes aqui e outros trabalhos. Eu fiquei durante alguns anos na Unesp de Araraquara viajando semanalmente. E foi um momento também que, de uma certa forma, eu comecei a me aprofundar novamente na área da Antropologia, onde eu era docente e da Antropologia Urbana. Quer dizer, foi uma espécie de retomada de várias leituras, vários temas, que eram temas que eu tinha me dedicado no mestrado e que tinham ficado ali também meio próximos durante o doutorado, mas que aí se configuraram novamente como um interesse a partir de 98.

#### [FINAL DO ARQUIVO 1]

C.C. – Então, você está em Araraquara, mas você faz outro concurso para USP ou tem transferência? Como funcionou? É 2002, não é?

H.J. – Foi em 2003. Na verdade, a experiência em Araraquara foi muito interessante, sobretudo pelos alunos que eu conheci. Quer dizer, eram alunos muito interessados em Ciências Sociais, muitos deles vindos de escolas públicas. Eu cheguei a fazer um pequeno grupo de estudos nessa área de antropologia urbana. Mas tinha o limite, digamos, da distância por ser Araraquara, de não ser São Paulo. Muitas vezes, inclusive, que na época eu tinha que desmistificar uma certa relação que vários alunos tinham com São Paulo, de achar que era uma coisa avassaladora. Por exemplo, eu falava: “Olha, esse tema seria interessante pesquisar em São Paulo”. “Puxa, mas em São Paulo?”. Tinham uma certa representação...

C.C. – Quanto tempo você demorava para Araraquara?

H.J. – Eram quatro horas de ônibus... Embora eu tenha ficado lá de 1998 até 2003, não dava para ser permanentemente. Ou se fosse permanente, eu ia ter que pensar em alguma coisa que implicasse já não em uma viagem semanal. Então, apesar de eu ter tido uma relação, sobretudo, muito boa com alunos, além de colegas, no começo da década passada, começaram a acontecer alguns concursos para docente na Universidade de São Paulo. Nessa altura, eu não achava que



eu ia me tornar um professor da Universidade de São Paulo. Achava que aquilo era uma coisa muito difícil. Mas houve dois concursos para três vagas. Então, em 2001 teve um concurso para três vagas. Concorri e não passei, mas fiquei razoavelmente bem colocado. Quando aconteceu o segundo, aí eu me preparei de forma muito mais sistemática do que da primeira vez.

C.C. – Eram três vagas também?

H.J. – Eram três vagas também.

C.C. – Quem entrou, você lembra?

H.J. – Olha, no ano que eu entrei, entrou a professora Ana Claudia Marques e a Ana Lúcia Schritzmeyer.

C.C. – Então, teve uma renovação grande em dois anos na Antropologia da USP, não é?

H.J. – Foi, um momento ali no começo da década passada que entraram vários professores e eu me tornei docente a partir de 2003.

C.C. – Facilitou a vida familiar também não ter que viajar. [riso]

H.J. – Sem dúvida. Não só a vida familiar, mas também, quer dizer, a própria perspectiva de poder desenvolver algum tipo de trabalho mais sistemático em São Paulo, uma pesquisa. Isso facilitou significativamente.

C.C. – Você criou logo um grupo de Antropologia da Cidade? Foi logo no início?

H.J. – Não imediatamente. Eu comecei a dar aula nessa época e a partir daí já houve um engajamento... A mesma coisa que eu tinha desenvolvido na Unesp de Araraquara, de formar um grupo de estudo, eu tentei também fazer isso na USP. Ou seja, eu comecei a ter alunos que me procuravam com interesse de mestrado, de iniciação científica ou alunos com interesse em se aprofundar nessa área de Antropologia Urbana. Em 2005, eu já tinha alguns orientandos de mestrado, alguns de iniciação científica e outras pessoas que também estavam querendo discutir, debater essa bibliografia de forma mais sistemática. Aí eu montei um pequeno grupo de estudo, que pouco tempo depois virou o Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC), com a intenção mesmo de reunir meus orientandos e a gente fazer algumas discussões comuns. Como eram, em geral, temas distintos de pesquisa, a ideia era juntá-los para buscar denominadores comuns, aproximações. Naquele momento, a gente lia tanto da Antropologia Urbana como da Sociologia Urbana. Depois a gente começou a se centrar mais em leituras centradas em Antropologia Urbana e em Antropologia. Sobretudo, também porque, até voltando a uma coisa que a gente já tinha falado, embora a minha formação tenha tido, vamos dizer, uma ponte entre Antropologia e Sociologia muito forte... Sobretudo, a partir da década passada, foi possível começar a sentir um distanciamento entre essas áreas ou diálogos mais ásperos entre essas áreas. Isso também reverberava no próprio interesse dos alunos. A gente começou a se dedicar, em um certo momento, mais a trabalhar com uma certa interface entre

Antropologia Urbana e outras áreas da Antropologia. Embora esse diálogo com sociólogos e etnógrafos urbanos tenha continuado como área de interesse também.

C.C. – Um interesse mais teórico também.

H.J. – Sim.

C.C. – É nessa época que você escreve o *Sociabilidade Urbana*, o livro para a coleção que eu dirigi e que é bem essa discussão teórica, não é? Reapropriando o Simmel de outra forma.

H.J. – Exatamente. Esse livro, inclusive foi uma oportunidade muito interessante, Celso, de sistematizar o que a gente vinha lendo e discutindo entre nós. Ao mesmo tempo, também, fazer uma espécie de incursão... Ou seja, qual a relação dessa temática da sociabilidade com outras áreas da Antropologia, como se daria esse diálogo. Esse livro, publicado em 2007, marcou um determinado momento de diálogo que eu tinha com estudantes e com esse grupo de estudo. Foi um momento de sistematização e de busca de referências para construção de um certo campo nessa área da Antropologia.

C.C. – Bom, nessa época também, estava lembrando aqui antes da entrevista, que eu tinha apresentado você para a Graça em uma Anpocs, não me lembro se foi em 2006, 2007 – sei lá, em alguma – Graça Índias Cordeiro, que estava aqui. É fácil descobrir o ano, vê quando ela veio à Anpocs e era o dia do lançamento de livros, abertura e tal: “O Heitor está aqui, quer conhecer?”. Vocês começaram uma parceria desde essa época, mas aí com Lisboa, um estudo comparativo. Isso já tem uns dez anos. Como foi esse novo campo de pesquisa e estudo?

H.J. – Inicialmente, ele aconteceu através de um convite que eu tive para integrar a rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos, coordenada pelo Carlos Fortuna da Universidade de Coimbra e pelo Rogério Proença Leite (UFS) aqui no Brasil. A partir daqueles editais do CNPq que, vamos dizer, incentivavam projetos comuns em língua portuguesa e estreitamento de laços entre Brasil, Portugal e outros países que falassem português. Eles estavam montando uma rede. Foi a partir desse convite inicial que eu comecei as minhas primeiras idas a Coimbra, para os encontros que nós tínhamos lá. Às vezes, aconteciam em Portugal, às vezes aconteciam aqui no Brasil também.

C.C. – Isso foi antes de você conhecer a Graça?

H.J. – Foi antes de eu ter um contato mais sistemático com Graça Cordeiro. Agora, nessas idas, a gente também começou a eleger alguns espaços de interesse de pesquisa... Quer dizer, os pesquisadores brasileiros começaram a pensar em algumas áreas de pesquisa em Portugal e os pesquisadores portugueses em algumas pesquisas aqui no Brasil. Eu comecei a me interessar por Lisboa.

C.C. – Você já conhecia Lisboa antes?

H.J. – Não, eu conheci tudo em Portugal a partir dessa minha ida para participar dessa rede. À medida que a gente foi elegendo temas de interesse, eu comecei a me aproximar mais de Lisboa

e também da Graça Cordeiro, que é uma grande amiga, antropóloga, que trabalha com o contexto urbano lisboeta.

C.C. – Ela tem uma tese de doutorado sobre bairros, não é?

H.J. – Exatamente, que se tornou um livro, “Um lugar na cidade”, sobre o bairro da Bica, uma referência importante para minha própria aproximação, porque, nessa altura, aqui em São Paulo, eu estava pesquisando o bairro da Luz, a região da Luz e eu tinha um certo interesse em trabalhar de forma articulada com algumas questões que estavam se configurando por aqui. Em Portugal, eu me interessei pelo Bairro Alto. Um bairro boêmio, bairro notívago da vida lisboeta e, ao mesmo tempo, um bairro, que naquele momento, tinha uma quantidade muito grande de idosos que moravam, que ocupavam os espaços ao longo do dia. E aparecia, digamos, uma espécie de diferença muito marcada entre o mundo diurno e o mundo da noite, e alguns conflitos decorrentes dessa dinâmica. Eu me interessei, portanto, em fazer uma pesquisa no Bairro Alto e foi por aí que eu me aproximei, também, de contatos mais sistemáticos com a Graça Cordeiro, que, nessa época, já tinha feito sua pesquisa excelente sobre o bairro da Bica, que é fronteiro ao Bairro Alto. Quer dizer, tinha uma rede de pesquisadores ligados a ela que trabalhavam também com outras questões urbanas em Lisboa. Concomitante à minha inserção nessa rede, que eu já tinha contado para você, eu comecei também a visitar Lisboa de forma mais sistemática e a aprofundar os laços acadêmicos nos trabalhos com Graça Cordeiro. Até que em 2011, por conta própria, eu fiquei, durante alguns meses, em Lisboa. Porque essas idas que a gente fazia anteriormente eram visitas muito interessantes, mas eram pontuais nesses contextos. Eu senti necessidade, em um certo momento, de fazer uma pesquisa mais prolongada.

C.C. – Quanto tempo você passou lá?

H.J. – Eu fiquei cinco meses em 2011 fazendo uma pesquisa mais sistemática no Bairro Alto com a supervisão da Graça Cordeiro nessa época, e foi uma experiência muito interessante de me aprofundar no conhecimento daquele espaço, da vida urbana lisboeta. E ficou sim uma relação muito legal com a Graça de parceria, que vem se desdobrando até hoje.

C.C. – Atualmente, você continua essa pesquisa?

H.J. – Não. Na verdade, antes de 2011 eu tinha feito algumas idas pontuais e em 2011 foi quando eu fiz a pesquisa mais sistemática de trabalho. O que aconteceu depois de 2011, algumas vezes eu estive de forma pontual em Portugal, em Lisboa sobretudo, e tive contatos também esporádicos com pessoas que eu tinha pesquisado, mas não teve continuidade. Isso é uma coisa ainda em aberto, não sei se um dia talvez eu retome.

C.C. – A tua experiência lá com o mundo acadêmico português, como foi? Igual no meu caso, quando eu fiz graduação, mestrado, mesmo doutorado, você não lia nada de Portugal em Ciências Sociais. Isso não existia no mapa. Depois, nos anos 2000, começou uma série de autores, o Gilberto foi um dos mais importantes nessas mediações, mas outras pessoas também começaram a fazer vínculos com esses projetos, CNPq também tinha esse comitê temático, se não me engano, de Ciências Sociais, articulando os países de língua portuguesa [INAUDÍVEL]. E aí houve uma certa descoberta não mútua, porque os portugueses, eu

entrevistei vários, eles conheciam, eles liam os autores brasileiros. Durante a pós-ditadura lá, era o que tinha. Mas os brasileiros não conheciam. Não sei se essa foi a sua experiência, estou falando da minha. Mas se foi isso de descobrir uma...

H.J. – Foi sim. Em um primeiro, eu tive contato com os trabalhos que eram desenvolvidos em Coimbra através do Carlos Fortuna e, naquela época, orientandos dele, Paulo Peixoto, Claudino Ferreira, sociólogos sobretudo, que desenvolviam e desenvolvem pesquisas muito sistemáticas sobre o mundo urbano. Então, em um primeiro momento, eu tive contato com essas referências. Depois, pelo interesse que eu comecei a ter em Lisboa, eu comecei a ler muito autores que analisavam a vida urbana em Lisboa. Os trabalhos da Graça, do António Firmino e trabalhos também de orientandos que estavam desenvolvendo pesquisa nessa época: Lígia Ferro, que hoje é docente na Universidade do Porto; a Rita Cachado, que na época fazia também uma pesquisa sobre imigrantes indianos em Lisboa. Eu fiquei muito interessado em Lisboa e leio muito sobre a cidade.

C.C. – Você gostou de Lisboa evidentemente. Assim como eu também. [riso]

H.J. – [risos]

C.C. – É o fator que determina muitas pesquisas: “Por que você começou a pesquisar?”. Você gostou do lugar e quer voltar para lá, não é?

H.J. – Inclusive, eu brincava na época assim porque... Quer dizer, quando eu desenvolvia a pesquisa em 2011, aparecia muito uma rivalidade com o Porto, não é? E eu acabava também tomando o partido de Lisboa...

C.C. – Mas o Porto nunca desenvolveu uma área de Ciências Sociais como Lisboa. Sempre foi muito mais...

H.J. – Duas cidades, inclusive, muito diferentes, não é? A forma urbana... O Porto tem uma atmosfera... Quer dizer, é uma forma escura em um certo sentido, mais granítica. Lembra um pouco alguma coisa mais “europeia”, em um certo sentido. Ao contrário de Lisboa que tem aquela luz, e uma cidade que, muitas vezes, os próprios moradores não se veem propriamente como europeus. É uma relação que ainda se tem um pouco com o antigo império colonial português, não é? Mas eu acabei me interessando muito por essa vida urbana, pela história urbana de Lisboa, que é o que acabei lendo muito mais até pelos meus interesses de pesquisa. Mas é claro que isso também ampliou o meu conhecimento de Portugal, e por essas pontes que existem, inclusive, como você havia falado. Quer dizer, uma boa parte da Antropologia Urbana portuguesa já tinha um diálogo, que vinha de antes com o Gilberto Velho, muito interessante. Ao mesmo tempo também, por exemplo, nessa época, o meu interesse pelos trabalhos do Michel Agier também começou a se envolver mais até pela parceria que a Graça tinha desenvolvido com Michel um pouco antes, nessa época. Digamos que, portanto, Portugal acabou sendo também um espaço onde, de uma certa forma, eu pude aprofundar os meus laços com Antropologia Urbana carioca e francesa, não é? Interessante como essas redes vão se desdobrando e significando aí um aprofundamento.

C.C. – Bom, Heitor, o meu roteiro acabou. Não sei se tem alguma coisa que você que você queira ainda falar ou registrar que não tenha mencionado.

H.J. – Talvez eu pudesse falar, se você me permitir, sobre a pesquisa que a gente desenvolveu na região da Luz. Porque a gente tinha falando um pouco do Geac, Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade, que se construiu primeiro como um grupo de estudos, mas...

C.C. – Você mencionou o bairro da Luz, mas aí passou para o Bairro Alto em Portugal, não é?

H.J. – Isso, exatamente. No bairro da Luz, na verdade, a gente começou a ter um interesse, no final da década passada, a medida em que nessa área... Quer dizer, foi uma espécie de retomada minha da questão da centralidade, pelo fato de o bairro da Luz ser um bairro da área central de São Paulo com uma forte visibilidade e que anos atrás começou também a ser alvo de projeto do governo do estado e depois da prefeitura de intervenções urbanísticas, que foram chamadas depois de Nova Luz. Na verdade, tem uma história que é a seguinte: o bairro da Luz é um bairro com uma tradição popular significativa, de prostituição, comércio informal, atividades ilícitas e, ao mesmo tempo, um bairro que...

C.C. – Mas é diferente do que era o Largo da Concórdia? Assim, também para quem é leigo em São Paulo. [riso]

H.J. – Sim. Quer dizer, na verdade, o Jardim da Luz no século passado foi um espaço importante, por exemplo, de prostituição. Era um espaço de frequência da elite, mas começou depois lá um espaço de prostituição, um espaço de atividades informais. A Luz acaba pegando um pouco desse imaginário da Boca do Lixo, que é esse imaginário da malandragem, da contravenção, do mundo do crime dos anos 50 e 60, não é? E, ao mesmo tempo, nos anos 80, um espaço também de instituições culturais - Pinacoteca do estado e outras - que tinham ali uma forte visibilidade. Nos anos 80 para os 90, inicialmente o governo do estado e depois o governo local, prefeitura, começaram a desenvolver projetos de fortalecimento dessas instituições culturais e depois um plano urbanístico mais amplo, imaginando uma transformação da composição social daquela área. É algo que, na verdade, é muito difícil também de ser implantada na medida em que você tem uma tradição histórica que acaba se impondo também nesses usos. Basicamente o que aconteceu é que, em meados da década passada, foi criado esse projeto, Nova Luz, que visava, digamos, intervir não só nas instituições culturais, mas demolir vários quarteirões, fazer um outro tipo de espaço ali – o que obviamente criou muitos conflitos, não é? Dentre eles, o principal (e isso acabou se tornando um tema também de pesquisa mais sistemática), é a questão do uso do crack nos espaços públicos ali daquela região. Quer dizer, desde o início dos anos 90, ali começou a ser um espaço de usos de crack na rua e, em um determinado momento, começou a ter uma denominação popular de cracolândia. Acho que foi a primeira que aconteceu em cidades brasileiras. Depois a gente começou a ter esse nome usado para outras...

C.C. – Cracolândia virou um termo genérico.

H.J. – Um termo genérico com todos seus problemas também, porque nem toda cena de uso de crack na rua configura necessariamente uma cracolândia tal como essa que se construiu ali na

região da Luz, não é? A gente acabou desenvolvendo, no Geac, uma pesquisa de caráter coletivo na qual uma parte da equipe fez uma pesquisa mais sistemática sobre essa cena do uso do crack nas ruas, sobre a cracolândia, na qual se articula uma série de instituições, ONGs que trabalham com redução de danos, agentes religiosos e o próprio poder local que começou a incidir e tentar, digamos, controlar esse tipo de uso do crack. Ao mesmo tempo que a gente também começou a pesquisar moradores locais, tantos moradores que estavam sendo ameaçados por demolições como aqueles que não eram ameaçados e que tinham, vamos dizer, uma vida já ali de muitos anos. Uma outra equipe começou a pesquisar os frequentadores das instituições culturais da Luz que iam ali frequentar esse espaço, circular pelo lugar. Isso tudo acabou resultando em um dossiê que a gente publicou na *Ponto Urbe* no começo dessa década chamado “Dossiê Luz, São Paulo” [<https://pontourbe.revues.org/1129>] Foi uma tentativa de sistematizar as pesquisas que haviam sido feitas nesse local sob vários pontos de vista, de focar espaços marcados por uma densidade sociocultural, histórica muito expressiva e termos trabalhado, do ponto de vista etnográfico, esses vários fatores. Inclusive, tentando entender como determinados agentes ou sujeitos, que apareciam em um espaço, eventualmente poderiam aparecer em outros e como isso se conectava em redes mais abrangentes. Acabou se tornando uma pesquisa... Foi a pesquisa mais expressiva que a gente desenvolveu até agora, no GEAC.

C.C. – Saiu há pouco um livro que você organizou com o Lúcio Kowarick: *Pluralidade Urbana em São Paulo*.

H.F. – O professor Lúcio Kowarick... A gente teve um contato um pouco mais regular a partir do meu doutorado. Ele foi da minha banca de doutorado. Ele sempre desenvolveu muitas pesquisas sobre São Paulo. Na década passada, eu cheguei a fazer parte de um grupo de estudo coordenado por ele, no qual a gente se encontrava para debater determinadas obras referenciais. O Lúcio Kowarick, anos atrás, publicou uma coletânea sobre São Paulo em parceria com Eduardo Marques. Naquele momento eram textos que trabalhavam São Paulo do ponto de vista, sobretudo, da Sociologia e da Ciência Política, e também um pouco da Antropologia. Há três anos atrás ele me procurou para fazer um volume dois, digamos, dessa abordagem. Foi uma experiência muito gratificante, porque ele, novamente, se voltou para pensar vários autores e várias pesquisas sobre São Paulo e eu tentei, em um certo sentido, inserir mais abordagens que fossem antropológicas e etnográficas. Isso resultou nesse livro, “Pluralidade Urbana em São Paulo”, onde sistematizamos algumas temáticas e onde a pesquisa que eu tinha feito sobre a Luz saiu de forma mais sistemática. É onde aparece, inclusive, Celso, essa dimensão, que é uma dimensão que também está presente no meu trabalho, que é uma interface com os etnógrafos urbanos. Eu acho que isso também é importante a gente destacar. Por exemplo, quando eu fiz a pesquisa sobre a questão do crack em São Paulo, eu acabei me aproximando de pesquisadores que abordam também isso, sejam antropólogos como, por exemplo, a Taniele Rui (que tem uma pesquisa excelente sobre a questão do uso do crack em São Paulo e Campinas, um livro referencial recente a respeito, “Nas tramas do crack”); sejam sociólogos que trabalham com esse campo do mundo do crime, como o Gabriel Feltran (autor do livro “Fronteiras de tensão”). Então, uma interface também que tem se desenvolvido novamente, que eu acho que é importante frisar, é justamente essa área, por exemplo, das pesquisas sobre áreas periféricas, sobre o contexto de pobreza, o contexto da informalidade, o contexto da violência, onde a gente tem um diálogo fecundo entre Antropologia e Sociologia, e onde a etnografia acaba sendo uma referência comum importante. Embora, a gente tenha, em um certo



plano, um diálogo difícil hoje entre Antropologia e Sociologia, são disciplinas que têm se tornado disciplinas com diálogos muitos ásperos, eu acho que há campos onde isso se desenvolve e se desdobra em diálogos bastante fecundos, como por exemplo essa área aí do mundo do crime, que não é algo que eu pesquisei mais sistematicamente, mas que, ao trabalhar com o uso do crack, acabei por tocar em alguns pontos que me colocaram, por exemplo, em contato com tais pesquisadores.

C.C. – Você mencionou que nos anos 80, principalmente com relação aos estudos urbanos, tinha uma mistura maior de áreas, Sociologia e Antropologia, não é? Quer dizer, se for pensar nas origens... A gente estava lembrando aqui no intervalo do livro do Foote Whyte, “Sociedade de esquina”, ele menciona Malinowski, “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, como inspiração. Depois se afastaram muito. Não sei se você acha que isso é efeito da especialização acadêmica departamental, institucional ou se tem a ver com outras questões mais teóricas ou conceituais, não sei.

H.J. – Eu acho, Celso, que tem essa dimensão teórica muito forte e que reverbera também no plano institucional. Por exemplo, eu acho que tem áreas em que antes havia mestrados em Sociologia e Antropologia, que começaram a se autonomizar, mas, ao mesmo tempo, você também tem, eu acho, uma autonomização teórica, não é? Eu ia até comentar, recentemente eu tive uma oportunidade de organizar um dossiê sobre Antropologia Brasileira com o Michel Agier, naquela revista francesa “Brésil(s)”, que tem dossiês periódicos [<https://bresils.revues.org/1767>]. Em 2013, quando eu tive em Paris como professor visitante, a Mônica Schpun convidou Michel Agier e a mim para pensar em um dossiê sobre Antropologia. Essa acabou sendo uma experiência muito interessante, porque claro que na Antropologia você tem temas eminentemente antropológicos, aonde o diálogo com a Sociologia quase não existe como, por exemplo, a própria etnologia indígena – que é um campo muito referencial no Brasil. Então, Dominique Gallois e seus orientandos foram convidados para escrever um artigo. Ali você tem uma discussão eminentemente antropológica. Mas há outros campos onde existe uma interface a ser levada em conta, por exemplo essa questão da Sociologia da violência. O Antônio Rafael Barbosa, que é professor da Universidade Federal Fluminense, escreveu um artigo muito interessante onde ele justamente aborda esse diálogo entre Sociologia e Antropologia, mas também uma mudança, ao longo do tempo, de uma Sociologia institucionalista, preocupada com a violência, para uma Antropologia, digamos, mais voltada a uma etnografia do chamado mundo do crime.

C.C. – Sociologia?

H.J. – É, uma Sociologia e uma Antropologia também, que mostra, digamos, uma espécie de imigração de algo que estava muito assentado no Rio e começa a se voltar para São Paulo. Ou seja, ao longo do tempo, você tem uma certa mudança de enfoque, mas do ponto de vista da prática, das relações institucionais, é um campo de diálogo muito forte entre antropólogos e sociólogos. Eu acho que isso é uma questão também que eu acho importante. E acho que é necessário que haja uma autonomização da Antropologia, mas existem campos específicos de pesquisa onde esse diálogo articula essas duas áreas de forma muito... Ou até a Ciência Política se a gente pensar também por uma outra vertente, não é?

C.C. – Bom, queria terminar com uma pergunta que eu gosto de fazer em quase todas as entrevistas: se você tivesse que destacar um livro que te marcou, sei lá, em qualquer momento da tua trajetória, qual livro te vem à mente: “Nossa, esse livro foi impactante”, o que você lembra?

H.J. – Olha, Celso, tem dois que me marcaram muito no final da graduação. Um deles é *Tristes Trópicos* do Lévi-Strauss. Um livro muito marcante e intrigante também por não ser, digamos, um livro ortodoxo. Quer dizer, não é considerado a obra onde o Lévi-Straus...

[FIM DE DEPOIMENTO]

2ª. Entrevista: 12.01.2017

C.C. – Bom, São Paulo, doze de janeiro de 2017, segunda sessão da entrevista com Heitor Frugoli, Celso Castro entrevistando, projeto Memória das Ciências Sociais no Brasil, e João Curim filmando. Obrigado. Bom, Heitor, então, queria começar essa segunda sessão perguntando sobre a tua experiência lá nos Estados Unidos no onze de setembro, que você foi para uma Lasa (encontro da Latin American Studies Association), em 2001, e teve o atentado das Torres Gêmeas. Por acaso você estava na cidade.

H.F. – É verdade.

C.C. – Como foi?

H.F. – Eu fui para participar da Lasa, em Washington D. C., e na época tinha uma logística, ficava mais barato voltar via Nova York. Nessa altura, eu tinha um grande amigo lá fazendo doutorado, morando no Queens. Então eu cheguei a Nova York dois dias antes. Na verdade, eu cheguei a circular pelo espaço ali do sul de Manhattan um dia antes. E, no dia mesmo que aconteceu, eu estava no Queens e me avisaram que estava já acontecendo na televisão. Nessa altura uma das torres já tinha sido atingida, a outra veio a ser atingida, e toda aquela movimentação posterior. Meu amigo trabalhava lá perto, e desceu, naquela altura, para ver também o que estava acontecendo, e ele estava próximo quando a primeira torre desabou. Pegou toda aquela poeira, aquela fumaça. Puxaram-no para o lobby de um prédio. E eu acompanhei tudo aquilo no Queens, e acabou por ser um aprendizado também involuntário muito importante sobre aquele evento, pela proximidade. Porque tinham outros brasileiros, colegas, amigos meus que estavam por lá, mais isolados. O fato de eu estar na casa de um amigo que dominava a geografia, fazia universidade, me ajudou também a me locomover por ali e acompanhar os eventos posteriores de um jeito muito interessante.

C.C. – A cobertura da mídia ao vivo, eu já assisti depois. Impressionante é que, durante uma meia hora, não se davam conta de que podia ser um atentado. Essa palavra só surge bem depois. Parecia que tinha um acidente e ... tem uma transmissão famosa da tevê ao vivo, e bate o



segundo avião, e o repórter pensa que é um “replay” da imagem primeira. Então assim, realmente foi uma coisa muito inesperada. Não sei se você teve essa sensação.

H.F. – Quando veio a informação do primeiro avião, achava-se que teria sido um avião de pequeno porte que batera por acidente. Não se tinha essa dimensão. Realmente, só mais tarde que isso veio a se configurar. Porque foi alguma coisa que superou muito a imaginação. Agora, o que foi importante foi a vivência posterior porque, primeiro foram proibidos voos durante vários dias. E a cobertura que se tinha, por exemplo, fora dos Estados Unidos, era um pouco diferente do que acontecia em Nova York. Depois conversando com amigos meus aqui no Brasil, a tendência aqui era se falar de um alarmismo, pessoas que estavam correndo para os supermercados, comprando coisas, quando, na verdade, não era exatamente isso que estava acontecendo. Tanto que, quando eu soube, eu saí ali pelo Queens, as pessoas estavam no bar, acompanhando, mas não tinha um pânico, como se imaginava olhando de fora. Claro que era um evento preocupante... E eu fiquei durante uma semana em Nova York antes de voltar. E nesse tempo a gente acompanhou vários eventos. Teve uma passeata, por exemplo, a partir da Washington Square, uma praça para onde confluíram pessoas que estavam inconformadas com o que aconteceu. Iam ali se manifestar. Mas, gradativamente, aquele espaço se tornou um espaço de manifestações, sobretudo da esquerda universitária. E aí se tornou um espaço de uma reivindicação política para que o evento não se desdobrasse em uma guerra, como acabou acontecendo. E quinta-feira, se eu não me engano, quinta ou sexta, houve uma grande passeata que saiu da Union Square. Não era enorme, mas era uma passeata bem expressiva, criticando a possível transformação daquilo em uma guerra. E não saiu na mídia. A gente participou. Chegamos em casa, assistimos a várias notícias, em vários canais. Nessa altura, a CNN e outras emissoras estavam produzindo já um consenso em torno da necessidade de os Estados Unidos reagir na guerra contra o terrorismo e tudo mais. Agora, por outro lado, apareceu também essa dimensão, digamos, das pessoas que faziam trabalho voluntário para, vamos dizer, superar ali os problemas. Eu tinha um encontro com uma amiga minha, norte americana, que eu já falei aqui na entrevista, em um dia que o prefeito tinha proibido ou tinha recomendado que não se fosse a Manhattan. Eu achei também que não era o caso, mas ela banalizou. Quer dizer, tinha todo um modo específico também de os norte-americanos lidarem com aquele evento. Muito impressionante.

C.C. – Bom, para fazer uma ponte do interesse do Geac também com os ativismos urbanos ali ...

H.F. – Ah, sim. Então, o tema dos ativismos urbanos...

C.C. – Como é que ele surgiu?

H.F. – Eu tenho sido procurado em sala de aula, já há alguns anos, por alunos interessados, não só das Ciências Sociais, mas de outras áreas, em pesquisar o tema dos coletivos. Isso foi aparecendo de forma muito recorrente. Depois eu fui procurado por pessoas que se tornaram orientandas, que começaram a pensar em projetos. Tenho atualmente um doutorando que eu oriento, Daniel Caldeira, que trabalha com ativismos na cidade de São Paulo. E tenho uma orientanda também, a Gabriela Leal, que pesquisa o uso do grafite, e que fundou um tipo de grupo que atua no sentido de entender e intervir na cidade, na região do Minhocão. E o que foi

chamando a atenção, sobretudo durante a gestão Fernando Haddad (2013-2016), que finalizou agora, é uma eclosão de grupos, agrupamentos interessados em intervir no espaço público, em diálogo com uma gestão que, dentro de certos contornos, também voltou a pensar a questão da mobilidade urbana, a abrir certos espaços para usos de pedestres nos fins de semana, a transformação de determinados espaços em parques. O Minhocão começou a ser chamado de Parque Minhocão, a Av. Paulista começou a ser aberta aos pedestres nos fins de semana. E por fim, esse tema começou a ser alvo de pesquisas. Eu acho que, em boa parte, se relacionando com algo que aconteceu nas chamadas “jornadas de junho de 2013. Porque, naquele momento, pelo menos em São Paulo e em Porto Alegre, começou como um movimento na luta pela melhoria da mobilidade urbana. Eram lutas contra o aumento da passagem de ônibus. Isso originou uma série de contestações que depois se desdobraram, e se ampliaram, se proliferaram em várias cidades brasileiras, de uma forma impressionante. E também com múltiplas demandas. Inclusive, eu me recordo de uma semana em que teve uma grande repressão em São Paulo contra os manifestantes, e foi chamada uma manifestação no Largo da Batata, aqui em São Paulo, que foi *muito* expressiva, teve a participação de mais de cem mil pessoas no seu começo, e que rumaram para vários lugares. Já existia um uso do espaço público diferente das manifestações anteriores, nas quais, em geral, elas iam para um determinado lugar com um comício. De certa forma isso não existe mais, não é? Mas foi um dia (17/6/2013) em que eclodiram manifestações em várias outras cidades, várias outras metrópoles, com desdobramentos muito interessantes e com posicionamentos políticos múltiplos, da esquerda até a direita.

C.C. – Isso era o que eu ia te perguntar. Que, em 2013, a surpresa que se teve com as “jornadas”, essa movimentação toda, de mesmo a classe política, os partidos não saberem lidar com aquilo. Não seguia nenhuma orientação partidária, essas linhas tradicionais de ação não passavam por aí. Uns achavam que era uma coisa anarquista. No sentido político. Mas, talvez seja anarquista de organização, ou o que se imagina que seja organização também, às vezes essas coisas não funcionam tão coletivamente como se imagina. Não sei. Qual é a tua percepção dessa...? Os coletivos, existe coletivo de tudo hoje em dia, não é?

H.F. – Exato.

C.C. – Os alunos que vão fazer vestibular lá na FGV, quando perguntam “Ah, tem coletivo aqui?”. Eles querem saber se tem coletivo.

H.F. – Sim.

C.C. – E coletivo de tudo: coletivo de mulheres, de negros, todos os coletivos que você imaginar.

H.F. – Eu acho que, na época, tinha uma discussão, que também se desdobrou, do uso das redes sociais para construir determinados consensos, uma certa quebra da hierarquia ligada a sindicatos, a partidos, uma série de atuação múltiplas, que em um certo momento levaram a quase uma fragmentação, não é? Tinham fotos da época, parecia que as quase demandas se individualizavam naquele momento. E demandas que, em um certo sentido, começaram a entrar em conflito umas com as outras nos próprios espaços públicos. Então foi um momento muito forte na política brasileira, e que se desdobrou, eu acho, por vários caminhos.

C.C. – Nem todos de esquerda ou progressistas. Isso é interessante.

H.F. – Nem todos de esquerda, exatamente. Por exemplo, as manifestações contra a ex-presidente Dilma, em parte, têm uma certa relação com esse uso do espaço, o que faz, inclusive, com que setores de esquerda critiquem o junho de 2013. Mas, ao mesmo tempo, você também tem vários coletivos, com posicionamentos mais de esquerda, que também têm uma relação com esse momento. E é algo que eu acho que aumentou significativamente ao longo do ano passado (2016), no processo de impeachment, quando, então, na verdade, uma série de novas manifestações aconteceram nas ruas, também ocupando os espaços públicos. Eu, particularmente, estou interessado nesse momento em pesquisar o modo como a cidade vem sendo ressignificada, em um certo sentido, por essas ocupações. O tema do espaço público é um tema clássico dos estudos urbanos, mas talvez a gente tenha que prestar atenção no modo como isso está sendo agora redimensionado por esses grupos. Quais as continuidades e descontinuidades também, não é? O próprio tema ativismo, em um certo sentido, representa um rompimento com a figura do militante. Mas, é interessante que, ultimamente, têm aparecido também, em alguns debates, a própria crítica ao tema ativista, quer dizer, como se o ativista já tivesse, em um certo sentido, capturado por algumas tendências, e hoje já se quer reinventar, superando essa denominação. Então, é um campo muito interessante, com todos os desafios que isso representa também do ponto de vista da pesquisa, não é? Sobretudo porque, quando a gente pesquisa, digamos, coletivos, e esses coletivos de contestação com os quais a gente se identifica, é preciso também ter clareza quanto ao estranhamento que você precisa ter para não apenas reproduzir, em um sentido de não apenas endossar aquilo que está sendo praticado...

C.C. – Um ideólogo do movimento... [inaudível].

H.F. – ... que é uma temática que aparece já em muitos momentos da antropologia urbana.

C.C. – Falando em antropologia urbana, queria voltar um pouco no tempo. Tua experiência acadêmica nas reuniões tanto da ABA quanto da Anpocs. Desde 2002 você coordena GT's e seminários temáticos. Como é que você viu esse campo da Antropologia Urbana? Porque, nessa posição de coordenador, você recebe não só as propostas de trabalho, organiza as mesas, e tem contato com uma produção para além do GEAC, além das coisas que você lida no dia a dia. Como é que você viu, de 2002 para hoje, a gente tem aí quinze anos quase de Antropologia urbana?

H.F. – Olha, é um espaço importante, eu acho, que tem que ser preservado e ampliado. Eu tive oportunidade de primeiro organizar uma mesa, um GT na ABA com a Fernanda Peixoto (USP), depois, em 2004, com a Luciana Andrade (PUC de Minas). E nessas duas experiências, a gente procurou definir um espaço ligado à questão da antropologia urbana e da etnografia urbana. Posteriormente, a gente ampliou esse espaço para a Anpocs. Entre 2007 e 2009, eu coordenei um GT também ligado à questão dos estudos urbanos, da antropologia e da sociologia urbana na Anpocs com a Laura Graziela (UFF), e depois esse GT passou para a coordenação da Cristina Patriota, da UnB, e da Mariana Cavalcanti, da FGV do Rio de Janeiro. É um campo importante, é um campo com muita demanda, mas eu acho que é um campo, comparando, por exemplo, com outros campos... existe uma dificuldade para se definir uma espécie de consolidação de certas questões teóricas, que passariam para frente, para os novos estudos em

antropologia urbana, com mais densidade. Uma dificuldade que eu sinto na antropologia urbana é que determinadas pesquisas que são realizadas não ficam fixadas como referências, e existe uma tendência de novos pesquisadores de um pouco “reinventarem a roda”... Claro que eu estou falando de uma forma muito genérica. Existem tendências, existem campos que têm se constituído, ligados a essas áreas das quais eu já falei em outro momento da entrevista, ligados, por exemplo, às tendências instituídas por Gilberto Velho, Antônio Arantes, Magnani. Mas, de toda a forma, apesar dessas tradições, eu sinto que ainda é um campo que precisaria consolidar um pouco mais determinadas referências. Acho que é uma coisa que eu tenho trabalhado muito, com parceiros e parceiras nesses fóruns, que é justamente pensar os pressupostos das etnografias, pensar as pesquisas. Quer dizer, o que as etnografias mostram. Pensar as teorias que dialogam de forma mais apropriada com essas dimensões. Tem sido, acho, um espaço importante, mas com todos os desafios que se colocam constantemente.

C.C. – Mas você acha que esses desafios que você está identificando, eles são nacionais? Quer dizer, isso acontece no Brasil ou também fora? A tua experiência, por exemplo, quando você passou um tempo na Holanda, na Universidade de Leiden. Você tem contato com pessoas que estudam questões urbanas em geral?

H.F. – Olha, eu diria o seguinte: eu acho que a tradição de antropologia urbana, o Gilberto Velho já falou isso uma vez, não é? A tradição da antropologia urbana no Brasil é muito forte. Às vezes mais forte que em outros contextos. A gente tem, nos Estados Unidos, uma tradição, mas o Brasil tem uma tradição de estudos urbanos na área da antropologia muito significativa, que não é algo que, em um certo sentido, se reproduz necessariamente em outros contextos, não é? Você falou agora da minha experiência na Holanda, não é? Por exemplo, eu fui professor visitante da Universidade de Leiden em 2010. Uma coisa que eu percebo é que, por exemplo, você não tem uma tradição de antropologia urbana na Holanda muito reconhecida. Quando você fala em antropologia, você fala em etnografia, vem muito essa dimensão dos estudos clássicos, dos estudos além-mar, dos estudos com sociedades de pequeno porte...

C.C. – Não ocidentais.

H.F. – Não ocidentais. Exatamente. Ao contrário, por exemplo, do que acontece na França, onde você tem estudos, autores ligados à antropologia urbana, Colette Pétonnet, Michel Agier, então são campos que se constroem, não é? Mas são campos localizados. Talvez na Europa, a França seja o país onde você tem essa tradição um pouco mais consolidada. Ao contrário do que acontece no Brasil, onde eu acho que essa ideia da antropologia de nós mesmos, que é uma marca da antropologia brasileira, se traduz também em uma antropologia urbana significativa sobre a cidade, sobre nós mesmos enquanto cidadãos. Mas é um campo que, em um certo sentido, concorre com determinadas especializações, não é? Por exemplo, a antropologia da violência, a antropologia de gênero... Isso tende, em um certo sentido, a se autonomizar, e, em um certo sentido, acabar por atrair excelentes etnógrafos urbanos, que acabam dialogando com tendências um pouco mais circunscritas do que um estudo mais abrangente sobre a cidade.

C.C. – Bom, nós já falamos da tua experiência em Portugal também, não é? Com a Graça. Quero mencionar. Outro país europeu que tem uma tradição também de Antropologia urbana.

H.F. – É verdade.

C.C. – No caso também, teve influência direta do Gilberto, que foi lá e fez muitas pontes, e depois com a Graça Índias Cordeiro, com quem você mantém até hoje contato.

H.F. – É verdade, tinha me esquecido. Comentei da França, mas sim, Portugal também é um espaço...

C.C. – Em escala menor, por causa do tamanho do país...

H.F. – Em escala menor, mas num diálogo muito significativo com o Brasil, não é?

C.C. – Um diálogo em português, não é?

H.F. – Exatamente.

C.C. – Nos últimos anos, com a facilidade... Bom, que agora se encerrou, espero que apenas temporariamente. Mobilidade de pós-doutorado, sanduíche... Muita gente foi passar um tempo em Portugal e teve essa experiência.

H.F. – Seria importante que isso tivesse continuidade, porque eu acho que nos últimos anos isso tem se tornado mais denso, não é? E acho que há um campo de interlocuções. Quando houve, inclusive, o lançamento do livro “Antropologia da cidade” (2011), do Michel Agier, que foi traduzido pela Graça Cordeiro, do francês para o português, com uma revisão conceitual minha. Nós escrevemos, inclusive, um prefácio para a edição brasileira. E houve, naquele momento, um debate de lançamento do livro em Lisboa, com a participação do Agier. E o debate se chamava “Antropologia urbana em língua portuguesa”. Que era justamente essa ideia de se pensar as especificidades de uma antropologia urbana que envolve os países de língua portuguesa. E mesmo a participação do Agier nesse campo é interessante, porque ele morou sete anos em Salvador. Então, ao produzir suas pesquisas em Salvador, ele, inclusive, na época, dialogava muito com autores brasileiros. Embora seja um antropólogo francês, a obra dele tem um debate bastante interessante no que diz respeito ao Brasil, à antropologia, às Ciências Sociais brasileiras.

C.C. – Agora, a gente está falando basicamente do campo acadêmico, não é? Mas eu queria também ouvir sobre a tua experiência no Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, ligado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo) desde 2013, que você é conselheiro. Aí você está lidando com outra dimensão, não estritamente acadêmica, embora o teu papel seja a partir de um lugar acadêmico, de uma trajetória, de uma carreira que você construiu. Como é que tem sido? Ainda continua essa experiência?

H.F. – É uma experiência que eu acho importante também. O Condephaat, enfim, é um conselho que conta com uma representação significativa de docentes das universidades públicas paulistas, e isso faz com que se torne um conselho muito dinâmico na deliberação de determinados temas de preservação. Eu faço parte desde de 2013 do Condephaat na condição de conselheiro relator. A gente recebe determinados processos produzidos pelos historiadores, arquitetos, pelos profissionais da UPPH (Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico)/Condephaat e toma decisões coletivas quanto a solicitações de tombamento, estudos de tombamento, ou registros de patrimônio imaterial. E tem sido uma experiência muito

interessante, primeiro porque o Condephaat revela uma arena onde você entende muito conflitos urbanos, muitas dimensões de preservação que se opõem a interesses do capital imobiliário, a interesses de propriedade. Ao mesmo tempo que também é um espaço importante para entender relações entre patrimônio material e imaterial, que é uma divisão que existe do ponto de vista acadêmico, mas que no fim sempre envolve um conjunto articulado de questões. O patrimônio material, que diz respeito à uma perspectiva mais clássica dos conselhos, tanto no Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) quanto no Condephaat, diz respeito a edifícios, a estabelecimentos, mas que se justificam por uma história de ocupação social, de eventos que aconteceram ou que acontecem ali. E mais recentemente, a gente tem essa dimensão imaterial, que está se desenvolvendo também, primeiramente no Iphan, e começa a dar os seus sinais também no Condephaat, embora ainda muito iniciais. Eu tive a oportunidade, inclusive, de ser conselheiro-relator, no ano passado (2015), do registro do samba rural paulista como patrimônio imaterial. Isso representou um primeiro passo do Condephaat nessa esfera do registro imaterial. É algo que ainda precisa ser muito mais desenvolvido, mas que é uma dimensão que tende a crescer muito, não só no estado de São Paulo, mas nacionalmente. Portanto, é muito importante que continue contando com a participação da universidade.

C.C. – Há outros antropólogos?

H.F. – Sim, na USP, é uma representação que se reveza entre Sociologia e Antropologia. Na Unicamp e na Unesp me parece que também há isso. Embora a gente tenha depois, em outros momentos, também antropólogos de outros campos. Por exemplo, nessa última gestão, o José Guilherme Magnani também participou, ligado a um convite da Secretaria da Cultura. Isso sem falar da participação de outras áreas das ciências humanas. Eu acho que é uma dimensão importante, algo que precisa crescer, sobretudo porque você tem um certo monopólio de arquitetos e urbanistas, que têm um papel obviamente importante, mas que precisam ser contrapostos por visões de outras áreas do saber, que também têm contribuições importantes a fazer nessa dimensão.

C.C. – Ótimo... Bom, Heitor, acho que a gente cobriu aqui a tua trajetória até agora. Você está muito ativo. Tem uma última pergunta que eu queria fazer, que a gente tem feito quase sempre nas entrevistas, que começou como uma curiosidade, mas o resultado acabou sendo interessante, que é perguntar sobre se você tivesse que destacar algum livro marcante ou alguns poucos livros marcantes na tua trajetória, o que é que te vem à mente? O que você lembra?

H.F. – Bom, nós vamos sendo marcados por muitos livros, não é? Acho que é uma experiência muito legal, de a gente se afetar por eles. Mas, acho que tem dois que eu gostaria de destacar, na passagem da minha graduação para a pós-graduação. Um deles é o “Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade” (1986), do Marshall Berman. Um livro muito marcante para mim, em um momento que a gente estava discutindo bastante a questão da modernização urbana, do espaço público, dos conflitos. E termina por ser um livro muito interessante ao focar determinadas dimensões urbanas de Paris, de Nova York, enfim. Algo que também podia se desdobrar para uma discussão sobre Brasília, embora não tenha sido tratado diretamente no livro. Esse foi um livro muito marcante, que a gente debateu bastante



na época. E outro é “Tristes trópicos” (1981 [1955]), do Claude Lévi-Strauss, que eu acho um livro peculiar na trajetória dele...

C.C. – Você leu quando?

H.F. – De 1984 para 1985. É um livro também muito marcante. Não é um livro, digamos, considerado ortodoxo, do ponto de vista científico, do estruturalismo, mas que discute muito a experiência do Lévi-Strauss como viajante e, ao mesmo tempo também, aborda a experiência dele em determinadas cidades brasileiras, incluindo São Paulo. Eu acho que esses são dois livros que, naquele momento, me influenciaram bastante. Embora a dimensão da viagem pela literatura seja algo que a gente tenha que se abrir a vida toda.

C.C. – Está ótimo.

H.F. – Obrigado, Celso.

[FINAL DA ENTREVISTA]